



**Ministério
das Finanças**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

***Relatório Financeiro sob o
Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais
da Contabilidade para o Setor
Público***

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

**Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais da Contabilidade para o
Setor Público (IPSAS na base de caixa)**

Demonstrações Financeiras
1 de janeiro a 30 de setembro de 2020

Índice

1. Demonstração do Fluxo de Caixa.....	7
2. Demonstração do Desempenho Orçamental.....	8
3. Notas Explicativas.....	9
Nota 1: Contexto Operacional.....	9
Nota 2: Políticas Contabilísticas.....	9
Nota 3: Abrangência	10
Nota 3: Data da Autorização.....	10
Nota 4: Das Receitas e Despesas	10
Nota 5: Caixa e Equivalentes de Caixa	11
Nota 6: Impostos.....	11
Nota 7: Contribuições para Segurança social.....	11
Nota 8: Transferências Correntes.....	12
Nota 9: Outras Receitas	12
Nota 10: Outros Recebimentos	13
Nota 11: Pessoal e Encargos.....	13
Nota 12: Aquisição de bens e serviços	13
Nota 13: Juros e outros encargos.....	14
Nota 14: Subsídios.....	15
Nota 15: Transferências.....	15
Nota 16: Benefícios Sociais.....	16
Nota 17: Outras Despesas.....	16
Nota 18: Outros Pagamentos	17
Nota 19: Venda ativos não financeiros.....	17
Nota 20: Empréstimos concedidos – amortização.....	17
Nota 21: Compra Ativos não Financeiros.....	18
Nota 22: Ações e Outras Participações Mi - Aquisição.....	18
Nota 23: Empréstimos Concedidos Mi Concedidos.....	19
Nota 24: Crédito interno.....	19
Nota 25: Empréstimos Obtidos	19
Nota 26: Amortização de Empréstimo Interno.....	20
Nota 27: Amortização de Empréstimo Externo	20
Nota 28: Amortização de Empréstimo Leasing	20
Nota 29: Saldo Inicial e Final de Caixa	21

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

1. Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstrativo de Recebimentos e Pagamentos de Caixa I de Janeiro a 30 de Setembro de 2020 (Em milhões de CVE)

FLUXOS OPERACIONAIS	2020	2019	Referência
RECEBIMENTOS	33 404,3	40 475,7	
Impostos	23 760,6	30 651,7	6
Segurança Social	41,8	45,7	7
Transferências Correntes	3 226,9	1 225,0	8
Outras Receitas do Estado	3 467,0	5 880,7	9
Outros recebimentos (terceiros)	2 908,0	2 672,6	10
PAGAMENTOS	40 538,1	38 578,4	
Despesas com pessoal	15 779,7	15 107,0	11
Aquisição de bens e serviços	5 823,6	4 842,2	12
Juros e outros encargos	3 754,1	3 869,9	13
Subsídios	410,2	132,7	14
Transferências	4 513,7	4 136,9	15
Benefícios Sociais	5 916,0	5 283,1	16
Outras Despesas do Estado	1 159,3	2 315,4	17
Outros pagamentos (terceiros)	3 181,5	2 891,3	18
FLUXO LÍQUIDO OPERACIONAL	-7 133,9	1 897,3	
FLUXOS DE INVESTIMENTOS			
RECEBIMENTOS	256,6	1 684,9	
Venda activos não financeiros	83	82	19
Empréstimos Concedidos Mi Amortizações	173,2	1 603,0	20
PAGAMENTOS	2 868,8	6 012,8	
Compra de activos não financeiros	1 478,9	2 753,1	21
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	547,2	1 944,4	22
Empréstimos Concedidos Mi Concedidos	842,7	1 315,3	23
FLUXO LÍQUIDO DE INVESTIMENTO	-2 612,2	-4 327,9	
FLUXOS DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS	20 203,1	19 930,7	
Credito interno bruto	10 210,1	12 145,5	24
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	9 993,0	7 785,3	25
PAGAMENTOS	9 515,0	9 576,7	
Amortização de Empréstimo Interno	6 125,3	6 228,4	26
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	3 389,7	3 348,3	27
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	101,1	90,0	28
FLUXO LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO	10 688,1	10 354,1	
FLUXO LÍQUIDO TOTAL	942,1	7 923,5	
SALDO INICIAL DE CAIXA	5 077,1	11 107,5	29
FLUXO LÍQUIDO TOTAL	942,1	7 923,5	
SALDO FINAL DE CAIXA	9 398,3	12 368,1	29

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

2. Demonstração do Desempenho Orçamental

Demonstrativo Desempenho Orçamental - Ano Atual
I de Janeiro a 30 de Setembro de 2020 (em milhões de CVE)

	ORC. INICIAL	ORC. FINAL	REALIZADAS	% Inicial	% Final
Receitas operacionais					
Impostos	33 952,0	33 952,0	23 760,6	70,0%	70,0%
Segurança Social	69,5	69,5	41,8	60,1%	60,1%
Transferências	8 559,5	8 559,5	3 226,9	37,7%	37,7%
Outras receitas	11 287,7	11 287,7	3 467,0	30,7%	30,7%
Soma das Receitas operacionais	53 868,7	53 868,7	30 496,3		
Receitas (vendas) dos Activos e Passivos					
Activos Não Financeiros	450,6	450,6	83,4	18,5%	18,5%
Activos Fixos	450,6	450,6	83,4	18,5%	18,5%
Existências					
Valores					
Recursos naturais					
Activos Financeiros	0,0	0,0	0,0		
Soma Venda de Activos e Passivos	450,6	450,6	83,4		
Total das Receitas	54 319,3	54 319,3	30 579,7		
Despesas operacionais					
Despesas com pessoal	23 647,2	23 577,7	15 779,7	66,7%	66,9%
Aquisição de bens e serviços	15 437,7	14 950,6	5 823,6	37,7%	39,0%
Juros e outros encargos	5 186,8	5 186,8	3 754,1	72,4%	72,4%
Subsídios	890,9	890,9	410,2	46,0%	46,0%
Transferências	8 072,0	8 222,5	4 513,7	55,9%	54,9%
Benefícios Sociais	8 046,2	8 122,0	5 916,0	73,5%	72,8%
Outras Despesas	3 691,9	3 579,8	1 159,3	31,4%	32,4%
Soma das Despesas operacionais	64 972,7	64 530,4	37 356,6		
Compra de Activos e Passivos					
Ativos Não Financeiros	10 302,3	11 060,7	1 478,9	14,4%	13,4%
Ativos Financeiros	4 986,4	4 532,1	1 389,9	27,9%	30,7%
Soma compra de Ativos e Passivos	15 288,7	15 592,8	2 868,8		
Total das Despesas	80 261,4	80 123,1	40 225,4		
SALDO GLOBAL	-25 942,1	-25 803,8	-9 645,7		
Passivos financeiros - novo financiamento					
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	7 860,8	7 860,8	10 210,1	129,9%	129,9%
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	12 136,6	14 220,7	9 993,0	82,3%	70,3%
Empréstimos Concedidos Mi Concedidos	3 538,7	3 237,5	842,7	23,8%	26,0%
Passivos Financeiros - reembolsos de financiamento	11 853,3	11 424,6	8 596,8	72,5%	75,2%
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	4 645,4	4 216,8	3 389,7	73,0%	80,4%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações OF	7 064,3	6 919,3	4 932,9	69,8%	71,3%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	0,0	145,0	101,1	-	69,7%
Empréstimos Concedidos Mi Amortizações	143,6	143,6	173,2	120,6%	120,6%
Financiamento líquido	11 682,8	13 894,4	12 449,0		
SALDO TOTAL	-14 259,3	-11 909,4	2 803,3		

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1 de janeiro a 30 de setembro de 2020

3. Notas Explicativas

Nota 1: Contexto Operacional

O Ministério das Finanças, cujas competências são fixadas no artigo 14º do Decreto Lei n.º 37/2016 de 17 de junho, republicado pelo Decreto Lei n.º 14/2018, de 7 de março, constitui uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, tendo como uma das atribuições a gestão das finanças do Estado, donde decorre a competência de através da Direção Nacional do Orçamento e contabilidade pública, coordenar a preparação e compilação das Contas Públicas do Estado, nos termos definidos no Decreto Lei nº 28/2018, de 24 de maio de 2018, em respeito aos princípios e normas gerais estabelecidos na Lei de enquadramento orçamental, da contabilidade pública e dos classificadores orçamentais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade, das normas internacionais do IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*) e demais práticas emanadas da legislação em vigor, concernentes a Contabilidade de Caixa.

Essas demonstrações financeiras são constituídas pela Demonstração de Recebimentos e Pagamentos de Caixa e pela Demonstração de Desempenho Orçamental, a partir de informações do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira do Governo – SIGOF – e das Notas Explicativas.

Nota 2: Políticas Contabilísticas

O Ministério das Finanças elaborou as demonstrações financeiras, que integram a prestação de contas do I trimestre de 2020 e que estão em processo de adequação aos procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações financeiras em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NICSP sob o regime de caixa) e as boas práticas cabo-verdianas de Contabilidade Pública. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Escudos Cabo-verdianos (CVE), que é a moeda oficial do país e também a moeda de apresentação.

Nota 3: Abrangência

As demonstrações financeiras são do Governo Central, formado pelos Órgãos de Soberania, Serviços Simples (Ministérios), Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos e por uma Agência Reguladora, perfazendo um total de 72 instituições, cada qual com obrigação da execução do orçamento no sistema integrado de gestão orçamental e financeira do Governo (SIGOF) e do envio dos balancetes mensais, trimestrais e anuais conforme disposto no decreto Lei nº 3/2020, de 17 de janeiro de 2020.

Assim, o Governo Central abrange:

- Órgãos de Soberania – 8
- Serviços Simples – 20 (incluindo as chefias do governo - 4)
- Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos – 43
- Agência Reguladora - 1

Nota 3: Data da Autorização

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 13 de novembro de 2020 pelo Dr. Olavo Correia, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças.

Nota 4: Das Receitas e Despesas

As receitas são provenientes de impostos, taxas, prestação de serviços, contribuição para segurança social, donativos, sendo recebidas por via bancária (conta única do tesouro), classificadas e escrituradas pelo regime de caixa, em Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2020, aprovado a 17 de janeiro de 2020.

As despesas foram realizadas para custeio das atividades de funcionamento, pessoal e encargos, e outras despesas de natureza institucional, obedecendo as fases da despesa pública (cabimento, autorização, verificação, liquidação e pagamento), sendo efetuadas através de ordem bancária/transferência eletrónica de fundos e escrituradas pelo regime de caixa no Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2020, aprovado a 17 de janeiro de 2020.

Nota 5: Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data da transação dos recebimentos.

As disponibilidades da Administração Direta estão afetadas à Conta Única do Tesouro (CUT) que acolhe praticamente todas as disponibilidades financeiras da Administração Central.

Nota 6: Impostos

Impostos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
DGCI	12 513	0	12 513	16 934
DGA	11 248	0	11 248	13 717
Total de Impostos	23 761	0	23 761	30 652

Observa-se que, no terceiro trimestre de 2020, houve um decréscimo de receita de impostos na ordem de 22,5%, quando comparado aos dados consolidados do terceiro trimestre de 2019. De acordo com a justificativa da DNRE, essa performance resultou em todas as sub-rubricas que compõem este agrupamento, quando se compara 2020 com 2019, fruto dos impactos da COVID-19, principalmente a nível do Turismo, assim como, pelo facto do Governo ter adotado medidas excepcionais para fazer face à pandemia nomeadamente, pedidos de pagamento em prestações dos impostos por parte dos agentes económicos e do encerramento das fronteiras de Cabo Verde e da maior parte dos países no Mundo.

Nota 7: Contribuições para Segurança social

Contribuições para segurança social	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Taxa social única	0	0	0	0
Contribuições para segurança social	41	0	41	45
Outras contribuições	0		0	0
Total de Contribuições	42	0	42	46

De janeiro a setembro de 2020, o item Contribuições apresentou uma diminuição de 8,6% quando comparado com o ano de 2019. As contribuições para segurança social respondem por 99,0% do

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

total da arrecadação das contribuições e são formadas pelo somatório das contribuições para segurança social da taxa social única e outras contribuições.

Nota 8: Transferências Correntes

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Governos Estrangeiros	2 849	0	2 849	1 021
Organismos Internacionais	67	0	67	42
Administrações Públicas	311	0	311	162
Total de Transferências	3 227	0	3 227	1 225

O Agrupamento da transferência apresentou um aumento de 163,4%, comparativamente ao período homólogo de 2019, sendo a rubrica governos estrangeiros o principal formador de valor nesse grupo, que responde por 88,3% do total das transferências sendo esta formada pelo somatório das ajudas orçamentais, ajuda alimentar e donativos diretos.

Nota 9: Outras Receitas do Estado

Outras Receitas do Estado	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Rendimentos de propriedade	77	152	230	524
Venda de bens e serviços	1 600	1 086	2 685	4 595
Multas e outras penalidades	150	1	151	293
Outras transferências	26	8	34	122
Outras receitas diversas e não especificadas	338	29	367	348
Total de Outras Receitas	2 191	1 276	3 467	5 881

O item Outras Receitas apresentou uma redução de 41,0% em 2020. Essa diminuição foi, em grande parte, em decorrência do subitem venda de bens e serviços, que apresentou uma diminuição de 41,6%, motivado pela redução na execução das taxas de prestação de serviços derivado do impacto da COVID-19. O segundo subitem é a rubrica rendimentos de propriedade que decresceu 56,2% devido essencialmente a diminuição de rendas e dividendos.

Nota 10: Outros Recebimentos (Terceiros)

Quanto ao item outros recebimentos (terceiros), que se refere as contas de terceiros que são geridas pelo Tesouro, até setembro de 2020, verificou-se um total de recebimentos de 2.908,0 milhões de CVE. De salientar que no mesmo período do ano transato, o total de recebimentos foi menor, cerca de 2.672,6 milhões de CVE.

Nota 11: Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Remunerações Certas e Permanentes	10 523	4 046	14 569	13 978
Encargos com a Segurança Social	889	322	1 211	1 129
Total de Pessoal e Encargos	11 412	4 368	15 780	15 107

Em setembro de 2020, as despesas com pessoal e encargos representaram 40,6% do total das despesas da Administração Central, atingindo os 15.779,7 milhões de CVE, sendo que as remunerações certas e permanentes a pessoal respondem por 92,3% do total desta rubrica e os encargos com a segurança social 7,7%. Estão incluídos nesse grupo a remuneração do pessoal ativo, subsídios e vencimentos.

Compreende ainda, as obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, contribuições a entidade de previdência e benefícios eventuais englobando encargos com saúde, seguros e acidentes no trabalho entre outros.

A Administração direta corresponde a 72,3% do total de despesas desta rubrica e os Fundos e Serviços Autónomos com 27,7%. Comparando-se o ano de 2020 com o ano de 2019, verificou-se que as despesas com pessoal e encargos aumentaram 4,5% (+672,8 milhões de CVE).

Nota 12: Aquisição de bens e serviços

Aquisição de Bens e Serviços	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Aquisição de Bens	1 468	716	2 184	1 503
Aquisição de Serviços	3 050	590	3 639	3 339
Total de Aquisição de Bens e Serviços	4 518	1 306	5 824	4 842

A rubrica aquisição de bens e serviços, em 2020, apresentou um agravamento de 20,3% quando comparado com mesmo período do ano de 2019, correspondendo a um peso de 15,0% do total das despesas da Administração central, situando-se em 5.823,6 milhões de CVE. Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as despesas com aquisição de bens correspondem a 37,5% e a aquisição de serviços 62,5% do total de despesas desta rubrica económica.

Nota 13: Juros e outros encargos

Juros e Outros Encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Juros da Dívida Pública Externa	1 394	0	1 394	1 585
Juros da Dívida Pública Interna	2 337	0	2 337	2 266
Outros Encargos	23	0	23	19
Total Juros e Outros Encargos	3 754	0	3 754	3 870

Comparando-se o terceiro trimestre de 2020 com o de 2019, verificou-se que as Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras diminuiram 3,0%. Esta performance deveu-se à diminuição nas despesas com os juros da dívida pública externa em -12,1% (-191,1 milhões de CVE), conjugado pelo aumento dos juros da dívida pública interna em 3,1% (+71,0 milhões de CVE). Os juros e outros encargos representam 9,7% do total das despesas.

Nota 14: Subsídios

Subsídios	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Subsídios Empresas Públicas Não Financeiras	81	314	396	81
Subsídios Empresas Privadas Não Financeiras	15	0	15	51
Total de Subsídios	96	314	410	133

Em setembro de 2020, o item subsídios apresentou um aumento de +209,3% quando comparado com o mesmo período do ano transato, em decorrência do subitem subsídio as empresas privadas não financeiras, que apresentou um aumento de 541,4% em face ao período homólogo de 2019, tendo sido subsidiado os transportes marítimos inter-ilhas até setembro deste ano, no âmbito do protocolo assinado entre o Estado e as agências marítimas.

Nota 15: Transferências Correntes

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Para Governos Estrangeiros	64	0	64	45
Organismos Internacionais	71	1	72	74
Administrações Públicas	4 342	35	4 377	4 018
Total de Transferências	4 478	36	4 514	4 137

O total de transferências efetuadas aos organismos e entidades, para financiar as despesas até setembro de 2020, foi de 4.513,7 milhões de CVE, representando um aumento de +376,8 milhões de CVE, comparativamente ao mesmo período do ano transato. Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as destinadas aos compromissos das administrações públicas correspondem a 97,0% do total das transferências, seguido das despesas com os organismos internacionais e para os governos estrangeiros com 1,6% e 1,4%, respetivamente.

Nota 16: Benefícios Sociais

Benefícios Sociais	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Pensões e Reformas	3 807	1 281	5 088	4 886
Evacuações de Doentes	262	0	262	233
Outros Benefícios Sociais em Numerário	564	1	566	164
Total de Benefícios Sociais	4 634	1 282	5 916	5 283

Os gastos com benefícios sociais atingiram uma execução de 5.916,0 milhões de CVE, superando a soma registada no período transato, em +632,9 milhões de CVE.

Do montante executado, atestou-se que, grande parte do mesmo, 86,0% foi canalizado para pensões e reformas. Os itens pensões de aposentação e pensões do regime não contributivo, cifraram os 3.436,0 milhões de CVE e 1.421,1 milhões de CVE, respetivamente, representando 58,1% e 24,0% do total de benefícios sociais.

Relativamente aos benefícios de assistência social, estes assinalaram uma variação homóloga positiva de 108,2% (+430,1 milhões de CVE), impulsionada pelo aumento da despesa com evacuação de doentes e outros benefícios em numerário.

Nota 17: Outras Despesas do Estado

Outras Despesas	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Partidos Políticos	58	0	58	56
Organizações não governamentais	73	0	73	159
Restituições	153	0	154	1 021
Indemnizações	172	2	175	268
Outras Despesas	308	392	700	812
Total de Outras Despesas	765	394	1 159	2 315

Comparando-se o terceiro trimestre de 2020 com o de 2019, verificou-se que as outras despesas do Estado diminuíram 1.156,1 milhões de CVE. Esta rubrica corresponde a 3,0% do total de pagamentos. Este desagrevamento decorreu, devido a diminuição em quase todas as rubricas que

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

compõe este agrupamento económico, sendo as despesas com restituições (-867,4 milhões de CVE), indemnizações (-93,5 milhões de CVE), organizações não governamentais (-85,7 milhões de CVE), bolsas de estudo e outros benefícios educacionais (-28,3 milhões de CVE), a rubrica Id outras correntes (-51,9 milhões de CVE) e com outras despesas residual (-34,9 milhões de CVE), que ocorreram de janeiro a setembro de 2019, mas não se registraram no mesmo período este ano.

Nota 18: Outros Pagamentos (Terceiros)

Quanto ao item outros pagamentos (terceiros), que se refere as contas de terceiros que são geridas pelo Tesouro, em setembro de 2020, verificou-se um total de pagamentos de 3.181,5 milhões de CVE contra 2.891,3 milhões de CVE no ano de 2019, contribuindo deste modo, para um aumento de 290,2 milhões de CVE.

Nota 19: Venda de ativos não financeiros

Venda Ativos Não Financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Ativos Fixos	83	0	83	82
Total Venda Ativos Não Financeiros	83	0	83	82

De janeiro a setembro de 2020, as vendas de ativos não financeiros registaram um acréscimo de 1,8%, devendo-se essencialmente ao aumento nas alienações de terrenos e imóveis comparativamente ao ano transato.

Nota 20: Empréstimos concedidos – amortização

Empréstimos Concedidos - Amortização	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Empréstimos Concedidos	173	0	173	1 603
Total de Empréstimos Concedidos	173	0	173	1 603

Esta rubrica engloba as operações pelos empréstimos concedidos a título reembolsável. A conta de empréstimos concedidos no mercado interno resulta, essencialmente, do reembolso dos

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

empréstimos concedidos às autarquias locais e empresas pública. Tais ativos estão concentrados à Câmara Municipal de S. Vicente e Enapor, correspondendo a 91,5% dos valores totais dos empréstimos concedidos.

Nota 21: Compra de Ativos não Financeiros

Compra Ativos não financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Ativos fixos	1 393	41	1 434	2 744
Existência	0,4		0,4	0,2
Recursos naturais	45	0	45	9
Total de Compra Ativos não financeiros	1 438	41	1 479	2 753

A compra dos ativos não financeiros, no terceiro trimestre de 2020, registou um total de 1.478,9 milhões CVE, o que representa uma diminuição de 46,3% relativamente ao período homólogo. Esta diminuição resulta da diminuição do programa de investimento (-23,5%).

Nota 22: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição

Ações e Outras Participações	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
ÁGUA DE REGA	15	0	15	0
AVIATION SAFETY	2	0	2	0
INFRAESTRUTURAS DE CV	40	0	40	0
SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO	156	0	156	0
NEWCO	335	0	335	0
Total de Ações e Outras Participações	547	0	547	1 944

O total das ações e outras participações adquiridas pelo Estado durante o terceiro trimestre de 2020 totalizou 547,2 milhões de CVE, o que representa uma diminuição de 255% relativamente ao mesmo período de 2019. As participações incluem investimentos em empresas públicas.

Nota 23: Empréstimos Concedidos Mercado Interno

O governo concedeu 842,7 milhões de CVE de empréstimos no mercado interno às Camaras Municipais de São Domingos, São Vicente e Praia, durante o terceiro trimestre 2020, contra 1.315,3 milhões de CVE no mesmo período homólogo de 2019, uma diminuição de 56,1%.

Nota 24: Crédito interno

Crédito Interno	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Sistema bancário	6 328	0	6 328	6 282
Sistema não bancário	3 882	0	3 882	5 864
Total de Crédito Interno	10 210	0	10 210	12 145

A conta de empréstimos internos está classificada conforme a origem do credor interno. Verifica-se uma diminuição de 15,9% dos empréstimos internos em relação ao exercício de 2019. Em termos de constituição do crédito interno por sector, o sistema bancário e o sistema não bancário detêm 62,0% e 38,0% do total do crédito interno, respetivamente.

Nota 25: Empréstimos Obtidos

Empréstimos Obtidos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Multilateral	9 469	0	9 469	7 062
BAD	3 717	0	3 717	600
BADEA	103	0	103	202
BM/IBRD	504	0	504	0
FIDA	89	0	89	39
BM/IDA	5 043	0	5 043	6 221
OPEC	13	0	13	0
Bilateral	524	0	524	724
AFD	338	0	338	357
AUSTRIA	40	0	40	0
FUNDO KUWAIT	109	0	109	63
JICA	37	0	37	269
ICO	0	0	0	35
Total de Empréstimos Obtidos	9 993	0	9 993	7 785

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Os empréstimos obtidos a longo prazo estão classificados conforme a origem do credor externo, sendo multilateral e bilateral. Tais passivos estão concentrados na categoria multilateral, especificamente como empréstimos a longo prazo, correspondendo a 98,0% dos valores totais dos empréstimos a longo prazo. Deste montante, a maior parcela 5.043,6 milhões de CVE refere-se à dívida com o BM/IDA ligados ao setor de economia, transporte e turismo.

Nota 26: Amortização de Empréstimo Interno

Amortização de Empréstimo Interno	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Amortização de Empréstimo Interno	6 125	0	6 125	6 228
Total de Amortização de Empréstimo Interno	6 125	0	6 125	6 228

Em setembro de 2020, o item amortização de empréstimo interno cifrou-se em 6.125,3 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 1,7% (-103,1 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período do ano transato. Do montante pago, 76,9% corresponde a Títulos de Obrigações do Tesouro, 19,5% a Bilhetes do Tesouro e 3,6% aos bancos comerciais.

Nota 27: Amortização de Empréstimo Externo

Amortização de Empréstimo Externo	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Amortização de Empréstimo Externo	3 390	0	3 390	3 348
Total de Amortização de Empréstimo Externo	3 390	0	3 390	3 348

Comparando-se o terceiro trimestre de 2020 com o de 2019, verificou-se um ligeiro aumento no total de amortização do empréstimo externo em 41,4 milhões de CVE (1,2%), cifrando-se em 3.389,7 milhões de CVE.

Nota 28: Amortização de Empréstimo Leasing

Amortização de Empréstimo Leasing	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2020	2020	2020	2019
Amortização de Empréstimo Leasing	101	0	101	90
Total de Amortização de Empréstimo Leasing	101	0	101	90

Relativamente a amortização de empréstimos leasing, estes assinalaram uma variação homóloga positiva de 12,2% (+11,0 milhões de CVE).

Nota 29: Saldo Inicial e Final de Caixa

O saldo inicial provisório da conta do Orçamento do Estado situou em 5.077 milhões de CVE tendo encerrado com 9.398 milhões de CVE em 30 de setembro de 2020.

Cabe mencionar que o saldo de depósito considerado na Conta diz respeito somente aos saldos das instituições que fazem parte do orçamento do Estado.